

AS MULHERES NO ÂMAGO DA PRECARIEDADE HISTÓRICA DO MUNDO DO TRABALHO

Vanessa Dias de Oliveira

Universidade Federal de Sergipe (Campus Professor Alberto Carvalho, Itabaiana-Sergipe)
orcid.org/ 0000-0002-2091-5908
E-mail: vanessa25geo@yahoo.com.br

DOI: 10.35416/geoatos.v3i18.7961

Resumo

O artigo é fruto do debate *on-line* feito no desenrolar da Pandemia da Covid-19 (em 28 de maio de 2020) pela Revista Geografia em Atos, direcionado por geógrafas que discutiram a condição da mulher e seus desafios na vida privada e pública, com base em três eixos argumentativos: perfil e atuação das docentes, desafios da questão de gênero e contribuições da mulher para o saber geográfico. Nas questões levantadas partiu-se da compreensão que as determinações de classe, gênero, raça e etnia perpassam por uma categoria fundamental que dá unidade a todas elas: o trabalho. Não há produção do espaço sem trabalho. Tal produção é comandada pelas relações mercantis que criam padrões sociais de desigualdades radicados na propriedade privada capitalista e suas manifestações, entre elas o patriarcado, o machismo, o racismo, a heterossexualidade, e as demais formas de opressão que sustentam o sociometabolismo do capital. Com a reestruturação produtiva, a relação dialética entre o trabalho reprodutivo (sem custo para o capitalismo) e o trabalho produtivo/improdutivo perpetua a funcionalidade das mulheres na lógica orgânica da forma mercadoria, tanto pela reprodução da vida, como pela inserção precária e desvalorizada no mundo do trabalho.

Palavras-chave: Trabalho Feminino; Precariedade; Reestruturação Produtiva e Pandemia da COVID-19.

THE WOMEN AT THE CORE OF THE HISTORICAL RECARIOUSNESS OF THE WORK WORLD

Abstract

The article is the result of an online debate on the Covid-19 Pandemic (on May 28, 2020) by the magazine *Geografia em Atos*, directed by geographers who discussed the condition of women and their challenges in private and public life, based on three argumentative axes: profile and performance of teachers, challenges of the issue of gender and women's contributions to geographic knowledge. In the questions raised began from the understanding that determinations of class, gender, race and ethnicity pass through a fundamental category that gives unity to all of them: the work. There is not production of space without work. Such production is commanded by mercantile relations that create social patterns of inequalities rooted in capitalist private property and its manifestations, among them patriarchy, *machismo*, racism, heterosexuality, and the other forms of oppression that sustain the sociometabolism of capital. With productive restructuring, the dialectic relationship between reproductive work (at no cost to Capitalism) and productive/unproductive work perpetuates the functionality of women in the organic logic of the commodity form, both through the reproduction of life and through precarious and devalued insertion into the world of work.

Key words: Female Work; Precariousness; Productive Restructuring and COVID-19 Pandemic.

LAS MUJERES EN EL CENTRO DE LA PRECARIEDAD HISTÓRICA DEL MUNDO DEL TRABAJO

Resumen

El artículo es resultado de la discusión *on-line* a lo largo de la Pandemia de Covid-19 (en el 28 de mayo de 2020) por la Revista Geografía en Atos, llevado a cabo por geógrafas que discutieron la condición de la mujer y sus desafíos en la vida privada y pública, bajo sus tres ejes argumentativos: descripción y trabajo de las profesoras, desafíos al tema de género y contribución de la mujer al conocimiento geográfico. Para estas cuestiones se ha planteado la comprensión que las determinaciones de clase social, género, raza y etnia pasan por una categoría fundamental que nos lleva a la unidad de todas ellas: el trabajo. No hay producción de espacio sin trabajo. Dicha producción se conduce por las relaciones mercantiles que crean patrones sociales de desigualdades que se radican en la propiedad privada capitalista y sus manifestaciones, entre ellas el patriarcado, el machismo, el racismo, la heterosexualidad, y las demás formas de opresión que sostienen el sociometabolismo del capital. Con la reestructuración productiva, la relación de dialéctica entre el trabajo reproductivo (sin costos al capitalismo) y el trabajo productivo/improductivo sigue la funcionalidad de las mujeres a la lógica orgánica de la forma de mercancía, tanto por la reproducción de la vida como por la inserción precaria y desvalorada en el mundo del trabajo.

Palabras-clave: Trabajo Femenino; Precariedad; Reestructuración Productiva y Pandemia de COVID-19.

Introdução

A preparação para o diálogo *on-line* intitulado “**Geógrafas Brasileiras: contextos e desafios**”, nas circunstâncias do avanço da Pandemia da COVID-19, teve como base as ponderações sobre a reestruturação produtiva em curso (que tem a precariedade do trabalho feminino como um de seus desdobramentos) e também a reflexão da minha trajetória acadêmica na condição de mulher (sobre a contribuição que a Geografia pode prestar ao debate de gênero, sexo, raça, etnia e classe, tendo como base a categoria trabalho). Esse caminhar possibilitou reconstruir os desafios entre vida pública e privada enfrentada pelas mulheres e também reafirmar a certeza da montanha de desafios a conquistar/superar para a construção de uma sociabilidade em que a emancipação humana se efetive para todas as trabalhadoras e trabalhadores.

Nesse momento, a discussão foi mais que oportuna. Ela é necessária porque o alcance veloz do coronavírus em todos os quadrantes geográficos do planeta despiu as mazelas mais profundas das engrenagens do capital e expõe ao mesmo tempo, que todas as tentativas de intervenção na economia para se livrar ou superar a crise nas últimas décadas

têm sido inócuas, pois a crise é irresolúvel do ponto de vista do capital: a crise é estrutural. O grau corrosivo do Neoliberalismo não permite abrir brechas para a absorção de quaisquer demandas democráticas da classe trabalhadora (igualdade salarial e total entre mulheres e homens, direito ao trabalho protegido e estável, a saúde e educação públicas, aposentadoria, etc.). A pernície neoliberal é a expressão suprema da supressão de direitos e conquistas históricas da classe trabalhadora. A ideia de direitos sociais, como pressuposto aos direitos civis e políticos, tende a desaparecer. Direitos convertem-se em serviço privado. O encolhimento dos espaços públicos como direito externaliza-se espacialmente pela consolidação da propriedade privada: a lógica da mercadoria produz uma relação espaço e tempo abstrata. Anuncia Carlos (2019) que a principal consequência disso é a redução do conteúdo da prática socioespacial, o esvaziamento da sociabilidade. O espaço torna-se vazio, um espaço sem um tempo e reduzido a um código representado em formas abstratas. Isso limita o acesso e o uso do espaço, diluindo o direito de acesso à vida.

Deparamo-nos com um invólucro de contradições dilacerantes em curso e agravadas pela pandemia: o desemprego estrutural e profundo que opera por exclusão é irreversível e está em ascensão em todos os paralelos e meridianos do planeta; a degradação ilimitada da natureza que afeta drasticamente todos os ecossistemas ambientais é rotineira (camuflada pelo falso discurso da sustentabilidade); as falências das parcas conquistas sociais e trabalhistas adquiridas durante a vigência do Estado de “Bem-Estar Social” (tem pulverizado a precariedade do mundo do trabalho como traço de seu funcionamento, atingindo fortemente mulheres, migrantes, indígenas, negros/negras, e nivelada para a desvalorização de toda a classe trabalhadora); o sequestro de serviços públicos pela iniciativa privada (desmonte da ciência, da saúde e da educação como direitos), alia-se a concentração da terra, renda e riqueza. A lista destrutiva é imensa! Esses processos são a negação da essência e existência humana.

A vida torna-se fonte de privação porque o trabalho humano abstrato é a base da privação. A pobreza e a miséria são a expressão material da apropriação desigual do espaço no campo e na cidade, que agravadas no quadro pandêmico, atingem as dimensões objetivas e subjetivas do proletariado (com o comprometimento da saúde mental, intensificação do adoecimento, suicídio, síndromes do pânico, ansiedade e depressão, dentre outras), tanto na vida pública como privada. A assolação do sentido da vida e da confiança no futuro revelam a sociedade em um abismo, a síntese de “um

sociometabolismo da barbárie” para usar a expressão de Alves (2007) ao situar a crise estrutural e identicamente civilizatória em que se encontra o capital.

Nessa dimensão de análise, reafirma-se a categoria trabalho enquanto expressão da práxis social. Como esclarecem Netto e Braz (2009) o trabalho é constitutivo do ser social, mas o ser social não se reduz ou se esgota no trabalho. A práxis envolve o trabalho como fundamento e inclui todas as objetivações humanas, como a ciência, a filosofia, a arte, os valores éticos, etc.; a práxis revela o homem como ser criativo e autoprodutivo. Existem formas de práxis voltadas para o controle e exploração da natureza (relação sujeito-objeto) e práxis voltadas para influir no comportamento e ação dos homens (sujeito-sujeito): o homem atuando sobre si mesmo na práxis educativa e práxis política, por exemplo.

A relação dialética homem-natureza mediada pelo trabalho abstrato é a base para a produção social do espaço: é a relação do homem com a natureza e dos homens entre si. Assim, o trabalho estabelece uma explicação do mundo, tendo como horizonte e caminho a totalidade. Menezes (2019) é categórico ao afirmar que a teoria da produção social do espaço de Lefebvre é fundamentada na centralidade do trabalho. O trabalho na perspectiva da produção do espaço é central, tanto porque o situa como referência socioeconômica e, essencialmente, como referência na própria história para o espaço. Como é o processo alienado de produção que engendra o espaço, trabalho e espaço se unem através de profundas contradições e apresentam seus limites históricos à própria reprodução metabólica do capital.

No oceano de contradições do capital a reestruturação produtiva em curso acelera a precariedade e imprime ao mundo do trabalho tendências mundiais de informalização (novas formas de valorização do capital e novos mecanismos geradores de trabalho excedente, que expulsam da produção trabalhadores sobrantes e descartáveis que vão avolumar o contingente do trabalho no comércio e em serviços); uma maior intelectualização do trabalho nos ramos de maior impacto tecnológico-informacional-digital; a uberização, a informalidade e feminização do trabalho; o retorno ao trabalho em domicílio, *homeoffice* e trabalho remoto; o desperdício de força humana e a corrosão ainda maior do trabalho contratado e regulamentado, que vem sendo substituído nas palavras de Antunes (2013) pelo trabalho atípico, terceirizado, pelo cooperativismo, empreendedorismo e trabalho voluntário como regra.

A feminização do mundo do trabalho e seus desdobramentos, um dos focos da discussão desse debate, não pode ser compreendida como um caminho emancipador, pois trouxe às mulheres uma dupla/tripla jornada de trabalho pela simbiose entre o trabalho fora de casa com o reprodutivo. O trabalho reprodutivo, base da estrutura patriarcal que aprisiona a mulher, constitui-se numa forma necessária dentro dos interstícios da desvalorização de toda a classe trabalhadora. As mulheres estão assim no *front* da precariedade: são as mais vulneráveis à informalidade, aos empregos domésticos, ao trabalho sem garantias e desvalorizados, aos baixos salários, à dependência de políticas públicas compensatórias e assistenciais e, conseqüentemente, às menores taxas de sindicalização.

Ainda que a história tenha se concentrado, hegemonicamente, no universo masculino e de cor branca, as mulheres sempre trabalharam e continuam trabalhando ainda mais que os homens. A naturalização da invisibilidade e a desvalorização do trabalho da mulher no capitalismo, seja em casa ou nos espaços profissionais, têm o propósito de legitimar a desigualdade de gênero/sexo, raça/etnia dentro da diversa classe trabalhadora. A precariedade hegemônica da inserção feminina no universo do trabalho é um “mal necessário” à acumulação flexível.

Apontamentos Introdutórios do Debate *On-Line*: a Reestruturação Produtiva e Precariedade do Trabalho das Mulheres

A reestruturação produtiva, a financeirização da economia e o Neoliberalismo são expressões da resposta do capital para sua crise estrutural. É uma crise de valorização do capital forçando-o a procurar lucratividade na esfera financeira. O crescimento das forças produtivas ao alterar quantitativamente o processo de produção, incorporando mais trabalho morto do que vivo, altera qualitativamente as formas de valorização, mas sem se livrar do trabalho humano por completo. A financeirização corresponde à capacidade de transformar dinheiro em dinheiro sem sair da esfera financeira sob a forma de juros, de empréstimos, de dividendos e outros pagamentos recebidos a título de posse de ações¹.

¹ Chesnais (2010), explica que toda forma que toma o capital portador de juros é proveniente de uma parte da mais-valia extorquida do valor produzido pelos trabalhadores e trabalhadoras. A fonte da remuneração é assim a mais-valia. O dinheiro se torna então uma mercadoria particular sui generis, que não tem como base a venda, mas sim o empréstimo.

Nesse movimento Alves (2013) esclarece que o trabalho abstrato tende a se disseminar como forma derivada e restringir-se como forma constitutiva do valor: ampliam-se as formas de trabalho improdutivo e restringem-se as formas de trabalho produtivo. A forma valor se desenvolve por instâncias não produtivas do modo de produção capitalista, fazendo do trabalho abstrato e da exploração “formas fictícias”, mas sem perder a mesma eficácia ontológica das formas constitutivas do valor. Dessa forma, o capitalismo deixa claro que é incapaz de realizar promessas de bem-estar social e emprego decente para milhões de trabalhadores e trabalhadoras. Em novas formas de extração e realização da mais-valia a acumulação financeira converge para a precarização estrutural do trabalho, e no centro dela estão as mulheres.

É no mundo do trabalho que as mutações têm sido mais significativas, justamente porque o trabalho abstrato é centralmente a forma e o conteúdo do capital. O regime de acumulação flexível em curso cria funcionalmente a incorporação feminina, dentro de um contexto de “desfiguração” do próprio trabalho capitalista, pois intensifica a exploração, rebaixa salários, suprime a relação de assalariamento ao criar regimes salariais diversos e desprotegidos.

Ressalta-se que desde 1970 a reestruturação produtiva tem promovido uma individualização extrema das relações de trabalho e da maneira de tratar assalariados/assalariadas num quadro de esgarçamento de categorias coletivas que estruturam o mundo do trabalho: diversas formas de emprego, do tempo do trabalho, dos horários, das remunerações, da evolução da negociação coletiva que é transferida do plano nacional e interprofissional para o da empresa. A nova ordem social restaurou uma relação de forças desfavorável para a classe trabalhadora, neutralizando ou rejeitando a capacidade destruidora da crítica bem como criou um novo imperativo organizacional da evolução da natureza do trabalho (LINHART, 2007).

A evolução dos valores de mercado se manifesta no avanço do discurso pós-moderno. Tal discurso, ao negar a totalidade, abstém-se da discussão da mercadoria e valor e enfatiza a cultura como conceito e não a produção social humana. As negações do homogêneo priorizam a defesa da não-continuidade, da fragmentação e do efêmero propondo assim a descontinuidade, pluralidade, diversidade, do diferente, do discurso do Um-Identidade (CONCEIÇÃO, 2019). Os conflitos de classes passam a ser compreendidos como individuais. Porém, mesmo que apareçam novas formas de opressão e as classes sociais tenham se complexificado como fruto do desenvolvimento das forças

produtivas do capital, a sociedade moderna continua fraturada em classes que definem as diferenciações sociais e espaciais.

A individualização do trabalho, como uma estratégia de enfraquecimento da classe trabalhadora, foi resultante da reação ao maio de 1968 (momento de efetiva força do movimento sindical, das lutas das mulheres, intelectuais, artistas, trabalhadores, que questionavam as contradições que apareciam após o desgaste dos anos gloriosos do capital como as guerras, o totalitarismo, a opressão de gênero/raça), e quando a partir de então o projeto do capital buscou minimizar as fontes de descontentamento e suas expressões. A emergência do consenso Neoliberal ganharia força justamente após o confronto do maio de 1968 e com a implosão do sistema soviético em 1991, momento que adentramos numa nova época histórica extremamente destrutiva para a natureza e para o trabalho humano.

O resultado disso foi então o processo de desmonte do Estado, que mesmo lento e gradual, foi eficaz, adquirindo várias formas e matizes como a “remercantilização” da força de trabalho e a contenção e desmontagem dos sindicatos, a desregulamentação dos mercados de trabalho e a privatização de muitos serviços sociais. Em todo esse processo a desregulamentação e a precarização são elementos centrais, pois permitem que a desvalorização contínua do trabalho continue sendo o único caminho para valorização do capital no regime de acumulação flexível (OLIVEIRA, 2017).

Esclarece Mascaró (2013) que um regime de acumulação expressa formas de extração de mais-valia com características próprias em cada fase do capitalismo e estruturadoras de todo o tecido social, já o modo de regulação corresponde a articulação da base econômica com o político e o social nessas mesmas fases, por meio de mecanismos políticos, estatais e jurídicos que consolidam um núcleo. A associação entre regime de acumulação e seu correspondente modo de regulação deriva da forma-mercadoria. Harvey (2005), na mesma linha de entendimento, explica que o regime de acumulação implica uma correspondência entre a transformação tanto das condições de produção como das condições de reprodução dos assalariados e assalariadas, tal condição pressupõe uma materialização que toma a forma de normas, hábitos, leis, costumes, redes de regulamentação, etc., um corpo de regras e processos sociais interiorizados, designado de modo de regulamentação.

As crises capitalistas, próprias do modo de funcionamento do capital, marcam as mudanças dos regimes de acumulação e modos de regulação no século XX. A crise de 1970

marca a transição do regime de acumulação taylorista-fordista, de regulação keynesiana, (centralizada na exploração do operariado em massa) para a acumulação flexível, de regulação Neoliberal (baseada na especulação financeira em detrimento da produção).

É justamente na reestruturação produtiva em curso que esse processo se desenha: incorporação tecnológica, desemprego estrutural, a intensificação da exploração do trabalho, explosão da informalidade, exclusão ou retardamento do ingresso dos jovens no mercado de trabalho e a não absorção de idosos, a terceirização, a uberização, a feminização, o retorno para formas análogas à escravidão, o trabalho em domicílio, o *homeoffice*, o trabalho remoto, a exacerbação da superpopulação relativa em níveis inauditos, além do ataque a toda e qualquer forma de resistência ao capital pela posse da terra e do trabalho fora da lógica estritamente mercantil: indígenas, quilombolas, ribeirinhos, camponeses, etc.

O padrão de organização do trabalho capitalista se assenta assim nos princípios da polivalência, da multifuncionalidade, heterogeneidade, flexibilidade, auto-emprego e empreendedorismo. Os mesmos processos contraditórios que passam a valorizar o capital, desperdiçam trabalho vivo em termos quantitativos, provocando desemprego e o aumento da superpopulação relativa, corroborando para o que explica a funcionalidade da “lei geral da acumulação” marxiana. No caso das mulheres a situação tem uma dimensão mais intensa:

Em função da divisão sexual do trabalho, as mulheres já entram em desvantagem nas atividades remuneradas. Para agravar a situação, os postos de trabalho assumidos pelas mulheres são, hoje, os mais precários, como por exemplo: no setor informal (comerciantes, ambulantes, catadores de lixo, revendedoras em domicílio); no trabalho em domicílio; (no trabalho terceirizado (empresas de limpeza, por exemplo); no setor de serviços (comércio, telemarketing); nos serviços mais precários (diaristas, por exemplo). A maioria destas mulheres, sobretudo nas áreas urbanas, estão desprotegidas socialmente (FERREIRA, 2007, p. 76).

A divisão sexual da precarização do trabalho não pode ser explicada ou elucidada sem que se recorra à dimensão do trabalho excedente, principalmente à relação entre os homens e as mulheres no universo doméstico. As mulheres carregam as relações de alienação e de dominação ideológica vivenciadas pelos homens na sociedade capitalista além da força da ideologia de uma suposta natureza feminina, que as institui como subservientes, apolíticas e “naturalmente submissas”, como “seres de segunda categoria”. A

Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, n. 18, v. 03, p. 243-268, maio-ago. Ano 2020.

ISSN: 1984-1647

alienação é pulverizada para todas as relações sociais, inclusive as relações patriarcais de gênero. O trabalho não pago que a mulher desenvolve no lar contribui para a manutenção da força de trabalho tanto masculina quanto feminina, diminuindo para as empresas capitalistas, o ônus do salário mínimo de subsistência cujo capital deve pagar pelo emprego da força de trabalho. Isso se reflete no padrão de profissões canalizados para homens e mulheres (CISNE, 2013).

A precariedade é o caminho compulsório ao ingresso das mulheres no mundo do trabalho, ela relaciona-se segundo Hirata (2009) por três indicadores: 1) ausência de proteção social e de direitos sociais, inclusive de direitos sindicais, observados nas modalidades de trabalho informal e nos serviços caracterizados pela ausência de proteção social (previdência social, aposentadoria), férias, etc.; 2) horas reduzidas de trabalho, que resultam em salários baixos e que levam frequentemente à precariedade; 3) níveis baixos de qualificação: a ausência de qualificação formal e a conseqüente baixa renda levam, em inúmeros casos, à precariedade e ao desemprego. Para autora a precarização do trabalho que atinge a categoria dos empregados deve ser então correlacionada à sua composição sexuada. Por outro lado, o crescimento contínuo da taxa de atividade das mulheres nos últimos trinta anos, acarretando sua presença maciça e irreversível no trabalho assalariado, reforçou e redefiniu seu lugar.

O crescimento do trabalho feminino tem movimento oposto quando se trata de salários, pois os níveis de remuneração das mulheres são inferiores àqueles aos recebidos pelos homens, na mesma situação estão os direitos sociais e do trabalho. As atividades de concepção ou aquelas de capital intensivo são realizadas predominantemente pelos homens, ao passo que aquelas de maior trabalho intensivo, com menores níveis de qualificação, são delegadas às mulheres trabalhadoras, imigrantes, negros(as), indígenas etc. (*ibidem*).

Depois de generalizar-se o trabalho abstrato assalariado para a classe trabalhadora em condições degradantes no século XX e XXI observa-se que se mantém-se o trabalho reprodutivo (doméstico) como célula da organização social, dentro da unidade familiar. Esse processo se baseia na desigualdade entre homens e mulheres, favorece o aumento da produtividade do trabalho e a acumulação pois majora a extração e realização da mais-valia. Logo, absolutamente funcional ao capital.

O trabalho doméstico se caracteriza pela produção de valores de uso diretamente consumidos pela família, pois não está dentro dos moldes capitalistas, ainda que a dona de

casa que o execute esteja fartamente imbuída das ideológicas dominantes. O fruto de seu trabalho não circula no mercado capitalista, a dona de casa desempenha função importante, pois os serviços prestados incidem diretamente na produção e reprodução da força de trabalho (SAFFIOTTI, 1976). O trabalho doméstico e tudo que cria não é uma produção monetarizada e nem existe como trabalho na ótica do capital. O capital despreza o trabalho não remunerado mesmo que ele seja essencial para a reprodução da força de trabalho e para a acumulação de capitais.

A unidade familiar capitalista burguesa tem na mulher sua base para reprodução desigual e hierarquizada dos valores/ideias reprodutoras do *status quo*. Esse poder do capital tem se exercido na afirmação de Mészáros (2002) graças a rede entrelaçada do sistema de mediações de segunda ordem que tem na família nuclear um de seus pilares e cuja função é reproduzir a espécie, internalizar o sistema de valores iníquo, participar de todas as relações produtivas do “macrocosmo social” e fazer a mediação com as leis do Estado e a reprodução do próprio Estado². A família está entrelaçada às instituições a serviço da reprodução do sistema dominante de valores e assume uma posição essencial em relação a elas, entre as quais estão as igrejas e as instituições de educação formal da sociedade. Por isso, enquanto o relacionamento vital entre homens e mulheres não estiver livre não se pode pensar na emancipação da sociedade da influência paralisante que evita a autorealização dos indivíduos como seres sociais particulares

A exigência da emancipação das mulheres traz uma nova dimensão aos enfrentamentos históricos pela igualdade substantiva. As mulheres estão em todas as classes sociais e ocupam, sem exceção, posição subordinada em todas elas. Portanto, é muito limitada a luta pela emancipação política que as insira como cidadãs na sociedade burguesa, porque, ainda assim, continuarão na sua condição subordinada (*ibidem*). Nesses termos a opressão é impossível de ser abolida, visto que a incorporação da força de trabalho feminina nos espaços produtivos tem a função de reduzir o custo com a reprodução da toda a força de trabalho, aumentar a exploração rebaixando os salários além de contribuir à assimilação da ideologia patriarcal.

² Além da família fazem parte das mediações de segunda ordem: os meios alienados de produção e suas personificações; o dinheiro e suas formas dominantes ao longo da história; os objetivos fetichistas da produção, que submetem as necessidades humanas aos imperativos do capital; o trabalho radicalmente separado da possibilidade de controle, as variedades de formação do Estado de capital no cenário global e seu enfrentamento com Estados nacionais autônomos e o incontrolável mercado mundial que sujeita tudo e a todas às desiguais e precárias condições de coexistência econômica (*ibidem*).

Com a reestruturação produtiva a flexibilização permite o ingresso expressivo das mulheres no trabalho parcial, informal, terceirizado, assalariado, mal pago e mantém intocado o trabalho que as mulheres realizam na reprodução de pessoas; permite triplicar a jornada de trabalho feminina e ainda escamotear que o trabalho assalariado que valoriza o capital (produtivo ou improdutivo) não pode existir sem o trabalho não assalariado da produção de pessoas. Daí decorre que, além de as mulheres serem responsabilizadas pela produção de pessoas - cujo valor não é reconhecido pelo capitalismo, para garantir seu sustento e da sua família, elas precisam vender sua força de trabalho. Através das relações sociais de raça/etnia e sexo, o capitalismo amplia um grande contingente humano disponível para os mais baixos salários, majorando a sua capacidade de exploração associada às apropriações do tempo, do corpo e do trabalho não pago das mulheres.

O debate do feminismo que ataca o capital destaca a forma como a mulher concentra essas múltiplas opressões. A utilidade e gratuidade do trabalho feminino ao capitalismo tem duas perspectivas: dentro da relação direta e indireta com a formamercadoria. As mulheres sofrem uma exploração particular, ainda mais intensa do que a dos homens da classe trabalhadora, da mesma forma, isso se reproduz com a conjugação de condições étnico-raciais como fundamentais para desvelarmos os mecanismos de dominação e exploração de classe. Portanto, não é um problema específico das negras e dos negros, ainda que os atinja mais diretamente na condição de indivíduos que sofrem na pele o racismo (CISNE, 2018).

A classe trabalhadora é diversa. O capitalismo fragmenta essa diversidade de raça, gênero/sexo, etnia, idade, para garantir sua reprodução e perpetuação. Com o avanço da reestruturação produtiva e a construção do trabalho precário como regra, se impõe a individualização do trabalho, o que coloca mulheres e homens em sua desigualdade de raça/gênero/etnia nos desafios de sua própria existência atomizada/fragmentada, afastando-os da perspectiva de classe. Isso se estabelece porque a alienação é ainda mais intensa para a força de trabalho humana que vivencia as piores condições materiais de vida (desprovidas de direitos, instáveis pelo trabalho parcial, temporário, precário) constituem-se assim no terreno fértil para a brutalização da perda da dimensão de humanidade imposta pelo capital.

O Trabalho da Mulher Entre a Vida Pública e Privada

Os pontos basilares do diálogo *on-line* partiram das experiências das professoras sobre a escolha pela Geografia, formação, trajetória e condições de atuação no ensino, pesquisa e extensão, como também enfrentamento do machismo, das dificuldades de conciliação entre trabalho doméstico e profissional.

Proferir sobre a nossa trajetória é sobretudo falar do trabalho. Quando falamos do trabalho nos debruçamos com o a mulher e o homem como seres genéricos. O contínuo ato de trabalhar para suprir suas necessidades é quem cria permanentemente o mundo, o espaço, a vida humana em sua diversidade de expressões ao longo da história.

A dimensão negativa do trabalho é trazida por Marx (2013) pela sua transformação em mercadoria, em trabalho abstrato e alienado, que tem raiz na propriedade privada e conduz o homem à perda de sua essência, ao estranhamento. O trabalho distancia-se da condição de autoatividade humana autônoma (sua dimensão ontológica/concreta) para torna-se, na sociedade burguesa, em atividade alienada, reduzida a mero meio de satisfação das necessidades. O foco é a produção de mais-valia pela expropriação universal e a transformação de tudo e todos/todas em mercadoria. Mulheres e homens que despossuídos de propriedade são obrigados e dispostos a vender e alugar sua força de trabalho em troca de salário.

A propriedade e a falta de propriedade são categorias fundamentais de todas as situações de classe. O conceito de classe aqui apresentado não se baseia no consumo, renda ou mercado, mas sim na identificação de classe “com base nas relações que homens e mulheres, vivendo em sociedade, estabelecem entre si para produzir e reproduzir-se socialmente” (MATTOS, 2019, p. 9). São as condições de trabalho entre proprietários e não proprietários que definem as classes.

Do ponto de vista das opressões de gênero (como um conceito que explica a diversidade de relações sociais marcadas por opressões que mantêm especificidades relativas às mulheres, gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e intersexuais, etc.) deve-se reconhecer que relações entre gênero e classe ou entre capitalismo e patriarcado/opressão das mulheres foram negligenciadas ou secundarizadas pelas análises marxistas e organizações socialistas, reconhecer essa debilidade não é negar seu potencial explicativo para as relações entre gênero e classe, mas intervir para transformá-las (*ibidem*). Esse é o caminho.

Trabalho e classe são categorias que permitem analisar a opressão feminina (humana) rompendo com as cisões de gênero, raça, etnia, de sexo e cultura. Nenhuma delas deve ser entendida isoladamente ou mesmo se deve hierarquizar modos de opressão, elas devem convergir para e contra a raiz única-universal da opressão: o capital (sustentado na propriedade privada e suas manifestações: como o trabalho alienado, as classes, o patriarcado, o machismo, racismo, homofobia, etc.). É como membro de uma classe, definida por Antunes (2020 p. 92) como “a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda de sua força de trabalho e que são despossuídos dos meios de produção, conforme definição marxiana”, que situo a minha fala e de uma parte da minha história.

Foi no mundo mercantil capitalista que nasci (precisamente em 16 de abril de 1980, em Aracaju, no estado de Sergipe) no quadro da terceira modernidade do capital explicada por Alves (2007) como do precário mundo do trabalho e da barbárie social. Momento em que a acumulação de capitais passa a apresentar novos contornos com a reestruturação produtiva, financeirização e Neoliberalismo, cujo desemprego, pobreza e exclusão são as marcas essenciais e com tendencial face feminina.

A opção pela Geografia me colocaria no trabalho docente junto com a condição de mulher, nordestina, do que me constitui como classe trabalhadora. Como filha de funcionários públicos (uma enfermeira e um policial rodoviário federal), minhas condições materiais sempre foram confortáveis. A estabilidade do emprego de meus pais foi determinante na base material da minha vida. Ter comida, casa, escola, assistência médica e não precisar trabalhar cedo foi um privilégio (negado a maioria das brasileiras e brasileiros). Estudei em escola pública e optei por Geografia pelo interesse em conhecer e compreender o mundo, presentes desde a antiga 8ª série do ensino básico. Nunca pensei em fazer outra graduação. Embora o estímulo aos estudos fosse básico, limitado a conclusão do segundo grau, ingressar na Universidade Federal de Sergipe (UFS) abriria outras possibilidades para além de casar e ser mãe, destino quase que obrigatório para uma garota da minha idade (20 anos) e dentro dos padrões sociais e religiosos da minha família e época.

Foi esse caminho que segui. A Geografia mudou minha vida. Iniciei a graduação em 2000 vivenciando intensamente a Universidade. Não trabalhar me permitiu uma dedicação qualificada ao curso e, conseqüentemente, ser convidada a fazer PIBIC com a professora Alexandrina Luz Conceição, na História do Pensamento Geográfico (sobre A Questão Nacional a partir dos limites entre Sergipe e Bahia). O primeiro contato com a

Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, n. 18, v. 03, p. 243-268, maio-ago. Ano 2020.

ISSN: 1984-1647

pesquisa se daria no quarto período do curso, momento em que a oportunidade de realizar estágio na educação básica concomitantemente me colocava sobre o desafio de ser aluna da graduação, aluna - pesquisadora do PIBIC e professora estagiária. O resultado imediato foi uma queda do rendimento acadêmico nas disciplinas, mas sem prejuízos à finalização da graduação no prazo, no início de 2004.

Depois de um ano de graduada entrei no mestrado no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO-UFS) em 2005, estimulada pela mesma orientadora acima citada, mas com outro foco de pesquisa, sobre reestruturação produtiva no campo sergipano, debatendo sobre as novas tecnologias, agronegócio e trabalho camponês. Meu primeiro mergulho no universo do campo sergipano, pois minha vida sempre foi na cidade. Na ocasião, mesmo não sendo objetivo da dissertação, observei que as mulheres do campo tinham o seu trabalho doméstico e o da “roça” como se fossem invisíveis. A dimensão do trabalho reprodutivo parecia fundir-se com o trabalho camponês da unidade familiar. Nas entrevistas para a compreensão da reestruturação produtiva (via citricultura) só consegui conversar com homens: técnicos, camponeses, assalariados, donos de estufas, etc.; nenhuma mulher. As pesquisas revelam que as mulheres por mais que produzam no campo não são admitidas nem como produtoras nem como donas das propriedades. Também se deu no mestrado meu primeiro contato com o arcabouço teórico marxiano: trabalho, mais-valia, alienação, Estado, dentre outras, que foi desenhado a partir daí. A conclusão da dissertação me levaria não somente ao contato com o campo, mas também ao entendimento de como a reestruturação produtiva, dentro do agronegócio da laranja, reproduzia a subjugação do trabalho do camponês e promoveria a geração de novas formas de trabalho. Quatro meses após finalizar o mestrado fui aprovada na seleção para professora substituta na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) em Vitória da Conquista, em 2008, momento em que inicio minha carreira no ensino superior.

Em 2009 fui aprovada para o concurso na Universidade Federal de Sergipe, no Campus Professor Alberto Carvalho, localizado no município de Itabaiana (Agreste Central Sergipano). O novo campus foi fruto do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), e representava a democratização do acesso à Universidade pública em Sergipe, Estado desprovido de Universidade estadual pública. São onze anos de trabalho diluídos em pesquisas direcionadas para a reestruturação produtiva, trabalho, mundo do trabalho, políticas públicas e lecionando disciplinas como Geografia e Trabalho, Geografia Econômica, Formação Territorial e Econômica do Brasil

e Produção e Organização do Espaço Mundial. A situação do machismo não é um problema entre os colegas professores, mas faz parte do relato de algumas alunas na dificuldade em conciliar as demandas da graduação, em dormir fora para participar de trabalhos de campo e com as atribuições da maternidade. O município de Itabaiana apresenta dados elevados de feminicídio: temos alunas que perderam as mães dessa forma. Certa vez uma aluna desabafou: “a Universidade é um muro professora, um outro mundo! Embora concorde com o que aprendo aqui, não consigo praticar na minha vida o empoderamento feminino.”

Ingressei no doutorado em 2012 e busquei na tese mostrar que a precariedade do trabalho é uma forma civilizatória do capital, de caráter irreversível, dentro e fora das políticas públicas. O Estado promove políticas para o mundo do trabalho em diversas frentes: qualificação da força de trabalho, intermediação de força de trabalho, geração de emprego e renda via microcrédito, mas com o objetivo de manter as formas diversas de subjugação e garantir a acumulação num quadro de crise. As mulheres são estruturalmente excluídas da possibilidade de ingresso e permanência no mundo do trabalho. Na tese a comunicação da Geografia com áreas afins como Sociologia, Serviço Social, Economia, Filosofia, História, etc. foi fundamental para mostrar a face e a espacialização feminina da exclusão, expressas no desemprego e na pobreza contínua, ainda que sob o falso discurso de inserção e autonomia, tão bem propagada pela ideologia do empreendedorismo e de ser patrão/patroa de si mesmo.

Nessa odisséia, o nascimento de minha filha (em agosto de 2014) se deu no meio do doutorado e paralelamente a permanência da atuação como docente (sem direito a afastamento das atividades, porque pelas normas da UFS não há o direito de afastar-se quando se faz o doutorado na mesma instituição em que se trabalha). O critério de afastamento parece ser a distância geográfica. Nesse caso, não poderia ir para outra Instituição, pois tinha uma filha pequena e precisava ficar em Sergipe. Isso me colocou em um encontro com meus próprios limites: psicológicos e físicos. Os meus papéis e funções sociais permaneciam os mesmos, inclusive os prazos de qualificação e defesa do doutorado (ainda que pela lei a licença-maternidade promovesse o insuficiente afastamento de seis meses). A chegada de uma criança coloca todas as mulheres em um novo universo: desconhecido, revolucionário, exaustivo, absorvente, desafiador, etc., com um aumento da sobrecarga de trabalho e de perda de controle do próprio tempo. Nada de romantizar tal experiência ainda que a considere importante (para as mulheres que realmente desejam ser

mães). Nem sempre dava para escolher entre a tese e a minha filha, estar com ela era uma situação posta, ainda que contasse com a apoio do pai. Os espaços da vida pública não costumam enxergar o homem que se torna pai como necessário em casa. No espaço privado doméstico tudo habitualmente se concentra na mulher.

Assim, a construção da tese me colocaria no desafio de encontrar uma outra mulher para dividir o cuidado da minha filha enquanto eu pudesse desenvolver o ritmo de leitura e pesquisas exigidas, até porque meu companheiro trabalhava fora. Na escrita de uma tese sempre precisamos de mais tempo para escrever e amadurecer, mas acabar era algo posto pelos ritmos acadêmicos indiferentes as diferenças de sexo, gênero, raça e condições materiais adversas e diversas. Não dormir ou dormir pouco foi o caminho compulsório. Eu preciso aqui colocar: só consegui finalizar a tese por causa de outra mulher (Odildes é seu nome!). Minha tese não deixa de ser resultado de um duplo trabalho feminino (ao cuidar da minha filha e da minha casa, ela cuidava de mim). No decorrer das aulas do doutorado observei a situação de amigos e colegas, ainda que na mesma condição de doutorandos, homens e com direito ao afastamento e bolsa em outras instituições, produzindo e participando ativamente da vida acadêmica. Na Pós-Graduação, o direito à prorrogação de seis meses é comum aos discentes; não há qualquer sensibilidade à condição da mulher. Questionei-me como fica a produtividade acadêmica dos Programas de Pós-Graduação que apresentam elevado número de mulheres que se tornam mães? Ou para quem já é mãe como é conseguir manter um currículo dentro dos padrões? A CAPES ignora essa realidade.

Com a finalização da tese em 2017 a pesquisa e extensão precisavam ser retomadas, pois do ensino, o afastamento não ocorreu. Retornar aos projetos de pesquisa e extensão exigiram tempo para organização e leitura, sem contar que as seleções e editais se baseiam no currículo de docentes para aprovação. A escrita da tese recua a produção científica. Nesse quadro de retorno engravidei novamente em 2018, dessa vez, de um menino. O ciclo da maternidade de novo se reiniciava e, com ele, a certeza que seria minha última gestação. Decidi que iria fazer a laqueadura no parto, mas a burocracia e a negação do plano de saúde para autorizá-la mostravam o controle que o Estado tem sobre o corpo das mulheres. Nesse sentido, faz-se um adendo às falas das autoras Ferguson e McNally (2017, p. 35-36):

... As mulheres são oprimidas na sociedade capitalista não porque seu trabalho em casa produz valor para o capital, nem por causa de um

impulso patriarcal trans-histórico que coloca homens contra mulheres... As raízes sócio-materiais da opressão às mulheres sob o capitalismo têm a ver, na verdade, com a relação estrutural do lar com a reprodução do capital: o capital e Estado precisam conseguir regular sua capacidade biológica de produzir a próxima geração de trabalhadores, de modo que a força de trabalho esteja disponível para a exploração.

A fim de garantir a produção e reprodução das fontes atuais e futuras de força de trabalho, o capitalismo requer mecanismos institucionais através dos quais ele pode exercer controle sobre a reprodução biológica, formas de família, criação das crianças e manutenção de uma ordem de gênero.

Essa discussão é exemplar como o caminho explicativo para a necessidade de compreensão da unidade doméstica (e nela, a mulher) serem teorizadas em relação à reprodução do capital e a forma mercadoria do trabalho. Ao pagar pela laqueadura, eu consegui o direito de não engravidar mais. Quantas mulheres querem e não têm como pagar? Muitas! “Como mercadoria, cumpra minha função de reproduzir a mercadoria força de trabalho!”. A situação deixou claro para mim que sem direitos universais sobre nossa capacidade reprodutiva, alcançados por uma igualdade substantiva (e não a formal burguesa), temos direitos reduzidos sobre nossa capacidade produtiva. Essa demanda é legítima, necessária e apropriadamente defendida pelas lutas feministas.

Após o nascimento do meu filho, mais uma vez, me afastaria da Universidade para depois de seis meses de licença retornar para as atividades acadêmicas do semestre, dessa vez, interrompidas pela atual pandemia da COVID-19. Estar fora do ritmo acadêmico cria, por vezes, circunstâncias de invisibilidade para a mulher (foi assim que muitas vezes me senti; a invisibilidade do trabalho reprodutivo parece ser mais aceitável). As rupturas em função da maternidade promovem uma quebra da cadência do trabalho acadêmico que agora executado em casa precisou ser reenquadrado. Para tal fim, recorro novamente a dormir pouco ao adentrar na madrugada trabalhando, inclusive aqui, na escrita desse artigo (mesmo com meu companheiro assumindo as duas crianças, o que na prática revela que essa compartilhagem do trabalho doméstico é um alento, uma necessidade histórica). Funde-se na minha rotina atual o trabalho *home office* e trabalho doméstico: novas expressões da flexibilidade e precariedade do mundo do trabalho que tendem a se ampliar mesmo findada a pandemia, porque reduz custos e garante a produtividade.

Dentro desses meses difíceis de Pandemia novos desafios aparecem. As desigualdades do mundo do trabalho entram no refúgio de casa. A indivisibilidade entre a esfera pública e privada aumenta a sobrecarga de afazeres sobre nós mulheres: a higiene

pessoal e com a casa é triplicada pela necessidade de segurança contra o vírus; a educação escolar passa a ser atribuição da família; há ainda a incerteza quanto a renda pela interrupção das atividades ou desemprego, especialmente das mulheres. A vida no confinamento obriga a uma rotina de novos hábitos que se dão num quadro de angústia, medo de se contaminar e perder a vida (um comprometimento da saúde mental: ansiedade, depressão, irritabilidade, angústia, para citar algumas). Para muitas mulheres incide a intensificação da violência doméstica, do feminicídio e das tentativas de suicídio. Sobre as mulheres se concentra o fardo do tempo incerto do fim da Pandemia. Mães sem emprego, sem auxílio, sem escola, sem ter como sair de casa para trabalhar, sem parar de trabalhar (porque por trás das mulheres existem crianças e idosos e todo o trabalho no universo doméstico que nunca, nunca cessa).

É necessário destacar que a construção dos papéis sociais de homem e mulher são constantemente retrabalhados no capitalismo. A incorporação da divisão sexual do trabalho presente em sociabilidades anteriores e, absorvida dentro do sistema político e ideológico do capitalismo, se utiliza dessas diferenças, obtêm vantagens das desigualdades e aprofunda-as. A divisão do trabalho teria como fundamento separar trabalhos feitos por homens e mulheres, e também, hierarquizar o trabalho dos homens como mais valioso que os das mulheres. Tais princípios: “...são aplicados graças a um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista, que empurra o gênero para sexo biológico, reduz as práticas sociais a papéis sociais sexuais, os quais remetem ao destino natural da espécie.” (KERGOAT, 1987, p. 56).

Desnaturalizar a opressão feminina é um processo, sobretudo pela necessária retirada do *status* natural do gênero de seu determinismo biológico, a quem a contribuição de Beauvoir (1980) é um marco que sempre merece respeito. A compreensão que ser uma mulher vai além do biológico, envolve uma reflexão das condições sociais e materiais historicamente produzidas em papéis diferenciados e hierarquizados. Ainda que o conceito de gênero seja bastante diverso e controverso, as pesquisas feitas a partir dessa categoria revelam dimensões da opressão e desigualdade que não podem ser ignoradas, desprezadas ou silenciadas. A opressão nos sufoca, e ampliar a discussão é o caminho a partir de categorias como classe e trabalho.

A consolidação do feminismo dentro dos partidos e movimentos sociais se intensifica nas décadas de 1970/80 e promove conquistas quando ao combate ao assédio moral e sexual sobre a mulher, cria caminhos para denúncias e crítica sobre a violência

doméstica, sobre a necessidade de ampliação da participação na esfera pública, políticas de cotas, necessidade de creches, etc. Um avanço que jamais deve ser subvalorizado. Campos (2011) reitera que o uso do conceito de gênero acelerou o alcance de mudanças consideráveis sobre as desigualdades entre homens e mulheres, motivando propostas e políticas públicas e da promoção do chamado empoderamento feminino, mesmo sem ser universalizado. Entretanto, na vida real, o mundo do trabalho como *locus* privilegiado da produção e reprodução assimétrica de poder continua revelando a permanência de expressivas desigualdades e discrepâncias entre homens e mulheres.

A síntese de Saffioti (2009) pode atender por aqui a questão. Tratar a realidade dando centralidade ao conceito de gênero distrai a atenção do poder do patriarca, em especial como homem/marido, “neutralizando” a exploração-dominação masculina. O conceito de gênero³ assim carrega a ideologia patriarcal, forjada especialmente para dar cobertura a uma estrutura de poder que situa as mulheres muito abaixo dos homens em todas as áreas da convivência humana. “É a esta estrutura de poder, e não apenas à ideologia que a acoberta e legitima, que o conceito de patriarcado diz respeito” (SAFFIOTI, 2009, p. 40). Para a autora não se trata de abolir o conceito de gênero, mas de eliminar sua utilização exclusivista, excessivamente geral, ahistórica, apolítica e pretensamente neutra. O patriarcado (ou ordem patriarcal de gênero) deixa mais claro o vetor da dominação pois só se aplica a uma fase histórica, não tendo a pretensão da generalidade nem da neutralidade, e deixando, propositadamente explícito, o vetor da dominação-exploração.

O patriarcado é um regime social de dominação e subordinação em que o homem, geralmente o pai, patriarca, ocupa a posição de centralidade e autoridade na família burguesa. Mascaro (2013) discorre que na sociedade capitalista, o fato de a vida depender da posse de bens adquiridos no mercado, conduz a centralização do trabalho assalariado nas mãos do homem e forja o moderno patriarcado. “O machismo vai de par com o capitalismo. Há um liame necessário entre a forma mercantil e a forma da família monogâmica heterossexual e reprodutora” (MASCARO, 2013, p.67). Como forma política do capital o Estado se põe a complementar e repudiar socialmente e juridicamente os

³ Moraes (2000) afirma que existem dificuldades semânticas do termo gênero em diversas línguas, inclusive na portuguesa. A categoria gênero ressalta a dimensão flutuante do que é ser homem ou mulher e precisa recorrer a outras teorias para dar conta do amálgama entre o ser biológico e social. Dentro do debate marxista a categoria pode ser incorporada, como outras também, caso da psicanálise. Já o gênero por ser uma categoria meramente descritiva só sobrevive com o sustentáculo de teorias sociais e psicanalíticas.

padrões sociais que sejam distintos do padrão monogâmico heterossexual, por isso o capitalismo é homofóbico, machista, racista e discriminador dos indesejáveis/deficientes.

O capital é historicamente concentrado nas mãos dos homens, cabendo à mulher o papel estrutural de guardadora do núcleo familiar responsável pelas mínimas condições de existência do trabalhador e de reprodução da mão de obra. As relações de gênero são estruturadas pela dinâmica de classes do capital. A homofobia é uma técnica de contenção, controle e direcionamento dos prazeres e de apoderamento relativo de grupos, alimentando ainda o patriarcado. A noção de raça superior está em conexão direta com a posse do capital ou com a depreciação do concorrente. A deficiência é considerada disfuncional e a feiura é indesejada no mercado que permeia os corpos (MASCARO, 2013, p. 67).

Além disso, deve-se lembrar que o sistema de valores do mundo burguês se apropria de tudo que for viável. Nas lutas das mulheres o capital estrategicamente se apropriou do empoderamento como ideologia num momento de avanço da pobreza, marcadamente feminina, em décadas de Neoliberalismo. Olha a contradição: com o avanço da pobreza feminina mundial o discurso do empoderamento acaba sendo um caminho promissor. A ideologia escamoteia contradições e é considerada o principal obstáculo da consciência para a autonomia e emancipação. Como então empoderar-se? Apenas no plano individual! A ordem burguesa sempre cria o fetiche da liberdade, não se pode cair nele.

Mészáros (2004) é preciso ao defender que a ideologia dominante do sistema social estabelecido é uma forma específica de consciência social prática e inevitável na sociedade de classes, materialmente ancorada e bem sustentada. A ideologia dominante tende a produzir um quadro categorial que atenua os conflitos existentes ao tempo que eterniza os parâmetros estruturais do mundo estabelecido justamente porque busca preservar o *status quo*. O autor lembra que: “a igualdade de oportunidades é um conceito capitalista, enquanto que a igualdade de resultados é um princípio básico do socialismo” (*ibidem*, p. 543). A igualdade de oportunidades é uma fraude, não diz nada do ponto de partida dos competidores já que é uma desigualdade estruturalmente imposta e articulada.

Juntamente a análise de Wood (2003) ilumina uma leitura crítica do momento. A autora observa que o anti-racismo e o anti-sexismo têm identidades sociais específicas e engendram forças sociais vigorosas, mas não é tão claro que igualdade racial e de gênero sejam antagônicas ao capitalismo, ele não é incapaz de tolerá-las. Ele as tolera dentro dos limites da garantia de sua perpetuação. Uma curiosa característica é que ele é indiferente às identidades sociais das pessoas que explora, e, por vezes, dilui tais identidades ao absorver

os trabalhadores e trabalhadoras no mercado de trabalho, reduzindo-os a unidades intercambiáveis de trabalho, privadas de identidade específica.

O capital dilui identidades (negros, mulheres, gays, etc.) ao transformá-las em trabalho abstrato comum: reduzindo-as a mercadoria. Esse entendimento mostra que independente das demandas identitárias específicas da classe da trabalhadora a condição de classe reafirma a centralidade do trabalho. Wood (2003) atesta que ao mesmo tempo e em que dilui identidades, quando for oportuno e necessário, ele será capaz de fazer uso ou descarte das opressões sociais particulares. Isso prova, por exemplo, que ele poderia sobreviver à erradicação de todas as opressões específicas das mulheres, mas jamais da erradicação da exploração de classe.

Destarte, a grande inovação da teoria marxiana foi ter compreendido a forma como a produção e reprodução da força de trabalho, tendo como recurso a expropriação usada pelo capital é um caminho e pressuposto para compreender processos totalizantes. No caso das mulheres é preciso observar a unidade entre trabalho produtivo/improdutivo (do ponto de vista da produção direta da mais-valia e sua realização) como o trabalho reprodutivo: de base hegemônica feminina e orientado para a produção de valores de uso, mas ligado/ funcional ao controle e desvalorização da força de trabalho como um todo.

A desvalorização do trabalho pelo capital é um ato orgânico do seu sociometabolismo que tem na família nuclear burguesa (e nela, o trabalho reprodutivo gratuito da mulher) o “financiamento” de parte do trabalho que produz valor. A mulher e sua opressão aparecem para garantir e preservar essa gratuidade, por isso a condição da mulher precisa ser mantida e naturalizada. As mulheres são o âmbito da precariedade estrutural!

Conclusões

As reflexões aqui apresentadas são uma resposta a parte das provocações levantadas pelos participantes do diálogo virtual, que foram em parte diluídas no artigo e que são também aqui apresentadas.

Por via do discurso da pós-modernidade, no bojo da acumulação flexível, negam-se as sociabilidades e subjetividades históricas da classe trabalhadora, em vez da convergência para pontos comuns, parte-se para particularidades opressoras, que não progridem porque não são orientadas para rupturas do sociometabolismo do capital.

Assim, identidades discursivamente construídas se tornaram o foco sobrepujante da análise política, enquanto a preocupação com o trabalho e as práticas humanas mercantilizadas e alienadas enquadram-se numa dimensão ultrapassada.

Parte-se da compreensão que o trabalho distancia-se da condição de autoatividade humana autônoma para tornar-se, na sociedade burguesa, atividade alienada, reduzida a meio de satisfação das necessidades; a superação desse caráter alienado do trabalho tem como horizonte a supressão do capital e seu edifício (Estado, Capital e trabalho abstrato) como caminho para a concreção das máximas potencialidades do indivíduo como membro de gênero humano em sua diversidade. A leitura do trabalho, dentro da totalidade, permite-nos a apropriação dos fenômenos sem desconsiderar suas faces, grupamentos e constituições societárias: mulheres, afrodescendentes, diferentes grupos étnicos, dentre outros.

O ataque à metanarrativas e o avanço das ideologias pós-modernas favorecem a perda de referência de pertencimento de um grupo comum, pois cada indivíduo passa a defender sua própria sobrevivência no mercado. Parece até “não existirem mais classes sociais”, mas empresários de si mesmos, essa é uma das principais ideologias do Toyotismo dentro do regime de acumulação flexível. Enquanto a classe dominante defende interesses reais e unificadores em suas várias camadas, contrariamente, a classe trabalhadora, em sua estratificação interna, tem a serventia de intensificar as contradições entre interesses imediatos e os potenciais.

A luta pelo fim da opressão de gênero, do racismo, da homofobia, da defesa da natureza e animais, etc., perdem-se nos interesses imediatos (ainda que urgentes) e privam assim a real possibilidade de construção da unidade (que é costumeiramente relegada a um segundo horizonte e distante). A luta para superação do capital é originalmente uma luta pela garantia da diversidade humana verdadeiramente livre. Precisamos convergir. É seguindo esse caminho que os movimentos, inclusive os feministas, podem efetivar seu potencial revolucionário.

Com a reestruturação produtiva das últimas décadas, a inserção expressiva de mulheres intensifica a fusão dos espaços público e privado jogando nas costas das mulheres o peso dessa unidade: a intensidade e precariedade do trabalho alimentadas pela gratuidade. Sua função de reproduzir a força de trabalho reduzindo seu custo, de aumentar a exploração rebaixando os salários além de contribuir à assimilação da ideologia patriarcal,

não só permanece intocada como é intensificada na Pandemia e no quadro da financeirização capitalista.

A tendência à acumulação financeira com redução do trabalho, pelo desemprego estrutural, reafirma a sua centralidade e traz como fenômeno a superexploração e a precariedade como princípios. No centro da flexibilização, o trabalho feminino ultrapassa o limite entre atividade laboral e privada, que se espalha por toda a classe trabalhadora pela equalização da taxa de exploração da totalidade do trabalho para a desvalorização salarial e intensificação dos ritmos de trabalho.

Desse modo, a revitalização da luta de classes permanece tendo como caminho o fortalecimento dos sindicatos, dos movimentos sociais e outras formas de organização dos trabalhadores e trabalhadoras, que devem abraçar a complexa classe trabalhadora nas dimensões de gênero raça e etnia como potencializadoras de uma alternativa radical e de classe ao trabalho alienado, ao Estado e a propriedade privada. Se a classe se define no próprio movimento de autofazer-se, então, que nesse quadro de barbárie irreversível tenhamos como principal horizonte a necessária construção da emancipação radical, que uma vez alcançada, será lenta e dolorosa na supressão das opressões, mas que vislumbra uma sociabilidade com sujeitos, sobremaneira mulheres, socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres (para lembrar Rosa Luxemburgo).

Referências

ALVES, Giovanni. **Dimensões da precarização do trabalho: ensaios de sociologia do trabalho.** Londrina: Práxis; Bauru: Canal 6, 2013.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de sociologia do trabalho.** Londrina: Práxis; Bauru: Canal 6, 2007.

ANTUNES, Ricardo. A nova morfologia do trabalho e suas principais tendências. In: Ricardo Antunes (Organizador). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil II.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão.** São Paulo: Boitempo, 2020.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**, v. I, II. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BETTI, Eloisa. **Gênero e trabalho precário em uma perspectiva histórica.** Revista Outubro, nº 29, novembro de 2017.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. Contribuições da “lente” de gênero para mirar a realidade social. In: **A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio**. Buenos Aires, CLACSO, 2011. Cap. 1, p. 29-49.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Geografia no século XX: o caminho da crítica e a dialética da produção social do espaço. In: CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz; SILVA, José Danilo Santana (Orgs). **O fim do pensamento crítico reflexivo? A negação do humano e a banalização da teoria**. São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2019. Capítulo 1, p 27-45.

CHESNAIS, François. A proeminência da finança no seio do “capital geral”, o capital fictício e o movimento contemporâneo de mundialização do capital. In: BRUNHOFF, Suzane de; DUMÉNI, Gérard; LÉVY, Dominique; HUSSON, Michel. **A finança capitalista**. São Paulo: Alameda, 2010. Cap. 2, p -95-182.

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2013.

CISNE, Mirla. **Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais**. Serviço Soc. Soc. [on-line], São Paulo, n. 132, p. 211-230, maio/ago. 2018.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. O fim do pensamento crítico reflexivo? A negação do humano e a banalização da teoria. In: CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz; SILVA, José Danilo Santana (Orgs). **O fim do pensamento crítico reflexivo? A negação do humano e a banalização da teoria**. São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2019. Introdução, p.11-21.

FERGUSON, Susan; MCNALLY, David. **Capital, força de trabalho e relações de gênero**. Revista Outubro, n. 29, nov. 2017, p. 23-59. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/capital-forca-de-trabalho-e-relacoes-de-genero/>. Acesso em: 01 janeiro de 2019.

FERREIRA, Verônica. Trabalho e previdência social na pauta da luta por direitos. In **Cadernos de Crítica Feminista**, Ano I, n. 0, Recife, p. 74-82, dez. 2007.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HIRATA, Helena. Flexibilidade, trabalho e gênero. In: HIRATA, Helena; SEGNINI, Líliliana (Orgs.). **Organização, trabalho e gênero**. São Paulo: Senac, 2007.

KERGOAT, Danièle. Em defesa de uma sociologia das relações sociais. In. **O sexo do Trabalho**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

KOLLONTAI, Aleksandra Mikháilovna. A mulher trabalhadora na sociedade contemporânea. In: SCHNEIDER, Graziela (Org.). **Emancipação feminina na Rússia Soviética**. São Paulo: Boitempo, 2017.

LINHART, Danièle. **A desmedida do capital**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **O capital: crítica a economia política**. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo: 2013.

MARX, Karl. **Manuscritos Filosóficos-econômicos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATOS, Naylane Araújo; SCHERER, Renata Porcher. **“As lutas feministas na sociedade capitalista”**. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 28, n. 1, e65798, 2020.

MATTOS, Marcelo Badaró. **A classe trabalhadora de Marx ao nosso tempo**. São Paulo: Boitempo, 2019.

MENEZES, Sócrates. O destino da crítica geográfica e a dialética da produção social do espaço. In: CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz; SILVA, José Danilo Santana (Orgs). **O fim do pensamento crítico reflexivo? A negação do humano e a banalização da teoria**. São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2019. Capítulo 2, p. 47-99.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. **Marxismo e feminismo: afinidades e diferenças**. *Crítica Marxista*, São Paulo, Boitempo, v.1, n. 11, 2000, p. 89-97.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2009.

OLIVEIRA, Vanessa Dias de. **Políticas públicas e trabalho precário: a retórica da “autonomia empreendedora” e a permanência do desemprego**. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2017. 300p.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Trabalho feminino e capitalismo**. *Perspectivas*, *Revista de Ciências Sociais*, ano 1, vol. 1, n.1. Universidade Estadual Paulista (UNESP), 1976.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. In: **Série Estudos e Ensaios/Ciências Sociais-FLACSO**: Brasil, Junho de 2009.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2003.

Agradecimentos

Sou grata a Equipe da Revista Geografia em Atos pelo convite e pela oportunidade de socializar debates numa conjuntura de recuo e ataque ao pensamento crítico. Estendo os agradecimentos às professoras Carmem Lúcia Costa e Roseli Alves dos Santos pela qualidade e compromisso apresentados no diálogo. Não poderia esquecer de agradecer a Larissa Araújo Coutinho de Paula pela mediação e aos discentes, docentes e demais que compuseram o público ouvinte e promotor dos questionamentos e reflexões aqui levantadas.

Sobre a autora

Vanessa Dias de Oliveira

Possui doutorado (2017), mestrado (2007) e graduação em Geografia Licenciatura (2003) pela Universidade Federal de Sergipe. É professora Adjunta da Universidade Federal de Sergipe (Campus Professor Alberto Carvalho, em Itabaiana). Integrante do Grupo de Pesquisa Relação Sociedade Natureza e Produção do Espaço Geográfico-PROGEO (DGEI/UFS) e do Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de Reordenamentos Territoriais-GPECT (PPGEO-UFS) e membro do Laboratório de Estudos Territoriais do Programa de Pós-Graduação da UFS (LATER-PPGEO/UFS).

Como citar esse artigo

OLIVEIRA, Vanessa Dias de. As Mulheres no Âmbito da Precariedade do Mundo do Trabalho. **Revista Geografia em Atos (GeoAtos online)**, v. 03, n. 18, p. 243-268, maio-ago, 2020. DOI: 10.35416/geoatos.v3i18.7961

Recebido em: 2020-07-25

Aceito em: 2020-07-30